

Estatais poderão "rolar" US\$ 1 bilhão

por Cintia Sasse
de Brasília

As companhias estaduais paulistas vão poder rolar US\$ 1,05 bilhão do seu endividamento externo, representando um acréscimo de US\$ 375 milhões aproximadamente em relação ao previsto inicialmente. Esta foi a primeira vitória importante do secretário da Fazenda de São Paulo, João Sayad, nas suas gestões junto ao governo federal para equacionar as dificuldades financeiras do estado. Em seu encontro ontem com o ministro Delfim Netto, do Planejamento, recebeu o sinal verde para iniciar as negociações sobre a distribuição dos recursos externos às quase quinze empresas pertencentes ao governo paulista.

"O tempo é curto. A decisão demorou demais. Temos apenas sete meses pa-

ra arrumar os recursos", observou Sayad, sem esconder, no entanto, a sensação de alívio com a autorização federal, que está sendo negociada desde o início do ano, antes mesmo da posse do governador Montoro.

O trabalho maior será a fase de entendimentos com os banqueiros, Banco Central e Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest) para dividir o crédito externo já assegurado pelos projetos 1 e 2 (novos empréstimos e refinanciamento de parte das amortizações), que sustentam parte do balanço de pagamentos deste ano. Sayad ontem mesmo iniciou conversas com o secretário da Sest, Nelson Mortada, e retorna a Brasília na próxima semana para começar a detalhar com Mortada a quem leva o que e quando.

O ganho de Sayad foi im-

portante mas não completo. O seu pedido original era dar às companhias estaduais paulistas o mesmo tratamento dispensado na administração dos débitos externos das estatais federais, ou seja, a permissão de rolar 80% da dívida. O novo limite a ser oficializado corresponde a cerca de 70% da dívida externa paulista — vinte e cinco pontos percentuais acima do teto inicial.

ACERTO IMPORTANTE

De qualquer forma, significa o primeiro acerto importante na área econômica entre o governo federal e estados comandados pela oposição. Tanto Minas Gerais quanto o Rio de Janeiro estão começando junto à esfera federal gestões para solucionar os seus problemas financeiros. E não há uma troca de informações entre os secretários oposi-

cionistas que permita situar com melhor precisão como andam as negociações entre eles e a área econômica federal. Sayad diz que vários estados, independentemente da posição política vitoriosa, "estão com seus problemas financeiros equacionados". Com um toque de humor, observa que a próxima reunião do Conselho de Política Fazendária (Confaz), ainda sem data marcada, será uma boa oportunidade para conhecer o que cada estado conseguiu.

Equacionado o problema do endividamento externo, Sayad pretende intensificar as negociações para alterar a disposição federal de reduzir em 30% a dívida interna do estado. Até agora, o governo paulista está autorizado a emitir 9 milhões de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Paulista (ORTP), cerca de Cr\$

36 bilhões, que correspondem a 70% dos resgates de títulos estaduais entre abril e dezembro deste ano. Sayad quer uma rolagem de 100%, o que equivaleria a uns Cr\$ 51 bilhões. Além disso, pretende conseguir autorização do Banco Central para colocar novos títulos estaduais, em valor equivalente a Cr\$ 100 bilhões, na tentativa de encurtar o déficit orçamentário previsto de cerca de Cr\$ 296 bilhões neste exercício.

QUALIDADE

Ele sustenta que a "dívida pública paulista tem qualidade e seu montante é insignificante perto da receita tributária estadual, de Cr\$ 2,09 trilhões pelas últimas estimativas". O saldo da dívida pública paulista atinge Cr\$ 400 bilhões.

Mas o forte da argumentação do secretário paulista em suas negociações com as autoridades econômicas federais é que a contenção do endividamento do estado tem "pouca significância" para reduzir o déficit público do País. "O orçamento paulista está muito abaixo da programação orçamentária de algumas estatais, como Petro-

brás, Eletrobrás e outras", lembra Sayad. Além disso, uma questão política sensível: "Não dá para administrar a economia do País sem resolver os problemas de São Paulo".

Ele tem ainda dois outros pedidos às autoridades econômicas: retirar o controle quantitativo do crédito para garantir liquidez ao mercado e manejar a política da dívida pública federal de forma a evitar as pressões sobre as taxas de juros. Nesse aspecto ele se junta às reivindicações já formuladas ao governo federal, tanto por entidades empresariais quanto pelo próprio setor financeiro.

No plano interno do estado, Sayad pretende imprimir além de maior austeridade nos gastos um programa de fiscalização na cobrança dos tributos e uma elevação nos juros sobre as parcelas dos débitos tributários em atraso, subindo de 3,5 ao mês para 7%. Anuncia Sayad que, antes de elevar os juros, haverá um prazo de dois meses para que as empresas saldem os seus débitos pela taxa antiga.